

Governo do Estado de São Paulo
Centro Paula Souza
Departamento de Gestão de Normas e Legislações

MEMORANDO

Memorando Circular Conjunto nº 001/2025 – URH/CETEC/CESU

Nº do Processo: 136.00047107/2025-61

Interessado: Centro Paula Souza

Assunto: Critérios para nomeação de empregado público para cargo de confiança diretivo, designação para coordenação pedagógica, de curso, de projetos, e concessão de HAES

Senhor(a) Coordenador(a) e Diretor(a) de Unidade de Ensino,

Considerando a edição do Decreto Estadual nº 68.829, de 04 de setembro de 2024, que dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e de responsabilização de servidores e agentes públicos no âmbito da Administração Pública Estadual direta e autárquica, e a edição do Decreto Estadual nº 69.474, de 10 de abril de 2025, que dispõe sobre o conflito de interesses na Administração Pública, bem como considerando os princípios que regem a administração pública, em especial os da impessoalidade, eficiência e moralidade, e considerando ainda, o poder discricionário da instituição na adoção de medidas para assegurar o cumprimento dessas diretrizes, solicitamos que as análises envolvendo as situações de nepotismo e conflito de interesses sejam pontualmente observadas, de acordo com as determinações do presente Memorando Circular Conjunto.

Conforme o artigo 2º do Decreto Estadual nº 68.829, de 04 de setembro de 2024, caracteriza-se como nepotismo a situação em que uma autoridade, valendo-se do cargo ou função atividade, nomeia, contrata ou designa cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou de função gratificada em sua área de influência.

Já o artigo 4º do Decreto estadual 69.474, de 10 de abril de 2025 dispõe que conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre os interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Desta forma, após a realização de estudos e envio de questionamentos à Consultoria Jurídica da Autarquia, deliberou-se estabelecer os seguintes critérios para a realização das análises envolvendo a matéria de forma vinculativa, ou seja, obrigatória:

- Fica vedada a nomeação de qualquer candidato a **cargo em comissão, emprego, ou função de confiança diretivo**, quando houver vínculo de parentesco entre o candidato e **qualquer pessoa** que ocupe cargo em comissão, emprego, ou função de confiança no âmbito da Unidade de Ensino, independentemente da relação de subordinação, observado o

grau de parentesco descrito no artigo 2º do Decreto nº 68.829, de 04 de setembro de 2024. A análise limita-se a Unidade de Ensino e no caso da Administração Central, ao Gabinete do Diretor Superintendente e às Coordenadorias.

- Com relação a concessão de HAES, gratificadas ou não gratificadas, tais como Coordenador Pedagógico, Coordenador de Cursos e Coordenador de Projetos, entre outros, fica vedada:

- a designação, caso haja o vínculo de parentesco entre o candidato à Coordenação e qualquer pessoa que ocupe cargo em comissão, emprego, ou função de confiança na administração da Unidade ou

- A designação de Coordenador que resulte na subordinação de parente.

Fica igualmente vedada a participação em comissões e colegiados tais como: Concurso Público/Processo Seletivo, Congregação, bem como as designações para exercer as atribuições de Procurador e Recenseador Institucional, nas situações que se enquadrem em nepotismo e ou conflito de interesses.

A composição de comissões em que não há deliberação da Direção, bem como a ausência de gratificação, não se enquadram no disposto acima, porém, no caso do Processo de Evolução Funcional, quando um servidor investido em um cargo em comissão, emprego, ou função de confiança diretivo, não poderá supervisionar, avaliar ou tomar decisões que afetem diretamente o trabalho de seu parente, a fim de evitar qualquer favorecimento e manter a integridade e a imparcialidade no ambiente de trabalho.

As designações acima mencionadas que porventura vigerem atualmente configuram situação de conflito de interesse e devem cessar a partir da divulgação do presente Memorando, por ato do Diretor da Unidade, nomeando-se substituto, sob pena de, na omissão, haver responsabilização disciplinar.

- É igualmente vedada a situação que configure “nepotismo cruzado”.

NEPOTISMO CRUZADO é a prática de nomeações recíprocas entre agentes públicos, em que um nomeia o familiar do outro e vice-versa. É uma forma de nepotismo, eis que configura troca de favores. Nomeações que tenham se dado nesta situação não podem subsistir e também devem cessar imediatamente.

- Consigna-se que todo servidor ou empregado público deve respeitar o quanto disposto no art. 6º do Decreto estadual 69.474/2025, sendo vedada a prática de qualquer ato administrativo quando estiver envolvido interesse de parente, situação passível de ensejar inclusive responsabilização disciplinar.

Casos omissos serão objeto de análise, devendo haver o encaminhamento ao Departamento de Gestão de Normas e Legislações: **e-mail legis@cps.sp.gov.br**.

Agradecemos sua colaboração e comprometimento com a transparência e a ética pública.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Vicente Mellone Junior

Coordenador Técnico
Unidade de Recursos Humanos

Almério Melquíades de Araújo
Coordenador Técnico
Unidade do Ensino Médio e Técnico

Robson dos Santos
Coordenador Técnico
Unidade de Ensino Superior de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Robson dos Santos, Coordenador Técnico**, em 08/05/2025, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Mellone Junior, Coordenador Técnico**, em 08/05/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Almério Melquíades de Araújo, Coordenador Técnico**, em 09/05/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0066260311 e o código CRC 345BC3E9.